



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. CECREF

de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.
A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SI-COOB CENTRAL CECREMGE, visando padronizar os procedimentos de cobrança de cré-

COOB CENTRAL CECKEMOE, visando padronizar os procedimentos de coordinga de al-litos de dificil recuperação.

A CECREF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa
Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garan-tindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas porticas de oestão.

práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de

todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a

Canom ao Conseino de Administração as decisose estrategicas e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a día. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e

fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferra

mentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado

pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além

o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regime Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

CNPJ: 19.402.130/0001-89

Cooperativa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Associados, Seliniors Associados de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/16 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda - CECREF, na forma da Legislação em vigor.

1. Boltico Congresional

tana e Zona da Maia Lua - Leada (La Palita de La Palita d o de 2016, a CECREF obteve um resultado de R\$55.768,19 representando um

o exercício de 2016, a CECREF obteve ur torno sobre o Patrimônio Líquido de 0,30%

s, no total de R\$16.971.090,24, apresentaram uma evolução em relação ao mes-As captações, no total de R\$16.971.090,24, apre mo período do exercício anterior de 9,48%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista R\$ 2.234.648,74 R\$ 14.736.448,50 86.83% Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 32,82% da captação, no montante de R\$ 5.474.840,32.

5. Patrimônio Líquido
O Patrimônio Líquido da CECREF era de R\$18.861.536.40. O quadro de associados era

5. Patrimonio Liquido da CE composto por 7.861 Coopera período do exercício anterior.

6. Política de Crédito crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limite DALANCOS DATDIMONIAIS DADA OS EVEDCÍCIOS EINDOS EM 21 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015						
		Em Reais			Em Reais	
ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015	
Circulante		32.919.876,90	Circulante	25.300.602,67	24.231.379,55	
Disponibilidades	660.918,88	449.602,73	Depósitos (Nota 13)	16.971.090,24	15.501.410,25	
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	4.637.237,87	9.970.874,80	Depósitos à Vista	2.234.641,74	2.237.296,32	
Centralização Financeira - Cooperativas	4.637.237,87	9.970.874,80	Depósitos a Prazo	14.736.448,50	13.264.113,93	
Operações de Crédito (Nota 6)	9.738.981,61	20.633.482,33	Obrigações Por Empréstimos (Nota 14)	5.844.395,76	6.554.902,25	
Operações de Crédito	10.222.034,58	22.601.029,79	Empréstimos no País - Outras Instituições	5.844.395,76	6.554.902,25	
(Provisão para Operações de Crédito de	(492.052.07)	(1.967.547,46)	Outras Obrigações (Nota 15)	2.485.116,67	2.175.067,05	
Liquidação Duvidosa)	(483.032,97)	(1.907.347,40)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e	2.286,67	1.107,09	
Outros Créditos (Nota 7)	1.734.166,01	1.865.917,04	Assemelhados	2.200,07	1.107,09	
Créditos por Ávais e Fianças Honrados	7.649,55	2.944,21	Sociais e Estatutárias	978.035,35	1.074.555,01	
Rendas a Receber	111.525,14	159.636,05	Fiscais e Previdenciárias	112.377,72	113.914,88	
Diversos	1.617.967,34	1.704.220,04	Diversas	1.392.416,93	985.490,07	
(Provisão para Outros Créditos de	(2.076.02)	(883,26)	Exigível a Longo Prazo	644.742,76	618.568,75	
Liquidação Duvidosa)	(2.976,02)	(883,20)	Outras Obrigações (Nota 15)	644.742,76	618.568,75	
Outros Valores e Bens (Nota 8)	6.810,20	-	Diversas	644.742,76	618.568,75	
Despesas Antecipadas	6.810,20	-	Patrimônio Líquido (Nota 17)		17.815.676,09	
Realizável a Longo Prazo	23.414.935,57	5.794.128,95	Capital Social	18.228.304,93	17.244.773,77	
Operações de Črédito (Nota 6)	23.350.728,49	5.733.097,19	De Domiciliados no País	18.228.304,93	17.244.900,99	
Operações de Crédito	23.350.728,49	5.733.097,19	(Capital a Realizar)	-	(127,22)	
Outros Créditos (Nota 7)	64.207,08	61.031,76	Reserva de Lucros	577.463,28	1.808.191,72	
Diversos	64.207,08	61.031,76	Sobras Acumuladas	55.768,19	(1.237.289,40)	
Permanente	4.613.831,69	3.951.618,54				
Investimentos (Nota 9)	4.390.645,14	3.663.466,84				
Participações em Cooperativas	4.390.645,14	3.663.466,84				
Imobilizado em Uso (Nota 10)	161.410,18	200.189,17				
Imóveis de Uso	247.784,08	247.784,08				
Outras Imobilizações de Uso	905.591,42	887.758,44				
(Depreciações Acumuladas)	(991.965,32)	(935.353,35)				
Intangivel (Nota 11)	61,776,37	87.962.53				
Ativos Intangíveis	249.351.20	249.351,20				
(Amortização Acumulada)	(187.574,83)	(161.388,67)				
Diferido (Nota 12)	-	-				
Gastos de Organização e Expansão	81.976,14	81.976,14				
(Amortização Acumulada)	(81.976,14)	(81.976,14)				
TOTAL DO ATÍVO		42.665.624,39	TOTAL	44.806.881,83	42.665.624,39	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.						
As twies Explicatives say pare integratic das definitional des contantes.						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FIND	O EM
31 ĎE DEZEMBRO ĎE 2016 E PARA O EXERCÍČIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	

					Em Rea
Eventos		Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou	m .
Saldo em 31/12/2014	16.547.011.97	Capital a Realizar	Legal 1.808.191.72	Perdas Acumuladas	Tota
	16.547.011,97		1.808.191,/2	337.621,94	18.692.825,0
Ajustes de Exercícios Anteriores Destinação de Sobras Exercício Anterior:				(0,69)	(0,6
Em Conta Corrente do Associado				(335.516,31)	(335.516,3
Ao Capital	165,08			(165,08)	(333.310,3
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	105,08			(1.939.86)	(1.939,8
				(1.939,80)	(1.939,6
Movimentação de Capital:	2.155.667.09	(127.22)			2 155 520
Por Subscrição/Realização	2.155.667,08	(127,22)			2.155.539,
Por Devolução (-)	(1.454.550,13)				(1.454.550,1
Estorno de Capital Sobras ou Perdas Líquidas	(3.393,01)			(1.102.405.75)	(3.393,0
				(1.193.495,75)	(1.193.495,7
FATES - Atos Não Cooperativos Saldos em 31/12/2015	17.244.900.99	(127,22)	1.808.191,72	(43.793,65) (1.237.289,40)	(43.793,6
	17.244.900,99	(127,22)	1.808.191,/2	(1.23/.289,40)	17.815.676,
Movimentação de Capital:	1.947.947.12	127,22			1.948.074.
Por Subscrição/Realização		127,22			
Por Devolução (-)	(947.623,01)				(947.623,0
Estorno de Capital	(16.920,17)		(1 227 200 40)	1 227 200 40	(16.920,1
Reversões de Reservas (Nota 17)			(1.237.289,40)	1.237.289,40	110.760
Sobras ou Perdas Líquidas				110.769,20	110.769,
FATES - Atos Não Cooperativos (Nota 18)				(45.159,57)	(45.159,5
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:			6.560.06	(6.560.06)	
. Fundo de Reserva			6.560,96	(6.560,96)	(2.200
FATES	10 220 20 4 02	(0.00)	FRE 462.20	(3.280,48)	(3.280,4
Saldos em 31/12/2016	18.228.304,93	(0,00)	577.463,28	55.768,19	18.861.536,
Saldos em 30/06/2016	17.761.132,46	(77,22)	570.902,32	(246.266,23)	18.085.691,
Movimentação de Capital:	0000000				056 503
Por Subscrição/Realização	976.715,75	77,22			976.792,
Por Devolução (-)	(496.152,02)				(496.152,0
Estorno de Capital	(13.391,26)			255 025 12	(13.391,2
Sobras ou Perdas Líquidas				357.035,43	357.035,
FATES - Atos Não Cooperativos				(45.159,57)	(45.159,5
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:				/	
. Fundo de Reserva			6.560,96	(6.560,96)	
FATES	40.000.001.00			(3.280,48)	(3.280,4
Saldos em 31/12/2016 As Notas	18.228.304,93	(0,00)	577.463,28	55.768,19	18.861.536,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXECÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 31/12/2015

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e
Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e
Zona da Mata Ltda. – CECREF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira
não bancária fundada em 03/08/1976, filiada à Central das Cooperativas de Economia e
Crédito do Estado de Minas Gerais – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente
da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO,
em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e
funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as
Instituições Monetárias, Bancárias e Crediticias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política
Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 13/09, que dispõe sobre o Sistema
Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário
Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.
A CECREF possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Hospital Galba
Veloso, rua Conde Pereira Carneiro; Hospital João XXIII, Alameda Alfredo Balena nº 400
e FHEMIG – Administração Central, Alameda Vereador Álvaro Celso nº 100 em Belo
Horizonte; Rua Espirito Santo nº 1054 e na Avenida Rio Branco nº 3.353 Bairro Alto dos
Pagos em Juiz de Fora (MG). 1. Contexto Operacional

uiz de Fora (MG) A CECREF tem como finalidade:

I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; II) Oferecer I) riopictolia, poi neio da induantada, assistenta inlainerta ao associados, in) ofirere formação educacional a seu associados, no sentido de fomentar o cooperatívismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: capitação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convénios com outras instituições financieras e aplicação de recursos no mercado financiero, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de

compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas
no Brasil, aplicáveis ás instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central
do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileras de Contabilidade, especificamente
aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5764/71 e normas
e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema
Financeiro Nacional – CÓSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em
reunião datada de 30 de janeiro de 2017.
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para
contabilizar determinados aityos e nassivos entre outras transações. As demonstrações ompra da moeda e remunerar os recursos

reunião datada de 30 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contíbeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, as provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comité de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil Nesse sentido, os pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) — Resolução CNM nº 4.144/12; CPC 01 (R1) — Redução ao Valor Recuperável de Ativos — Resolução CNM nº 3.566/08; CPC 03 (R2) — Demonstrações do Fluxo de Caixa — Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) — Demonstrações do Fluxo de Caixa — Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) — Pagamento Baseado em Ações — Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) — Paguente Daseado em Ações — Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) — Paguente Daseado em Ações — Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) — Paguente Sascolução CMN nº 4.00/711; CPC 24 — Evento Subsequente — Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes — Resolução CMN nº 3.76/11 e CPC 33 (R1) — Beneficios a Empregados — Resolução CMN nº 4.24/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis — Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. b) Operações de crédito — As operações de crédito com encargos financeiros prê-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a aprop

curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de vaiores e timites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 días. b) Operações de crédito - As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. c) Provisão para operações de crédito - É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operações, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo. d) Depósitos em garantia - Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desese questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. e) Investimentos - São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição. f) Imobilizado - Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensilios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os véciclos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da demoreiçação acumulada. A depreciçação e calqualada nelo método linear arra reduzir outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota especifica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. g) Diferido - O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do Cosif. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 5 anos. Conforma determinado pela Resolução CMN nº 3.61708, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até sua efetiva realização. h) Intangível - Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercícios com essa objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de beneficio econômico. Os ativos intangíveis onjeto bens incorporeos destinados a maintença da Cooperativa ou exercicios com esa finalidade. Os ativos intangiveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de beneficio econômico. Os ativos intangiveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao logo de sua vida útil estimada. I) Atívos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes de êxito provável, quando a plicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis, j) Valor recuperável de ativos - "impairment" - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) e quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indicios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. k) Obrigações por empréstimos e repasses - As obrigações por empréstimos e repasses reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despessas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis. I) Demais ativos e passivos - São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, qua

aos quais a Cooperativa tem por diretriz. p) Segregação em circulante e não circulante - Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante). q) Apuração do resultado - Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com eregima de competência. r) Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações

D	21/12/2017 21/12/2015				
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:					
4. Caixa e equivalentes de caixa					
contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.					
demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações					
originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das					
condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • eventos que não					
emissão. São compostos por: • eventos que originam					
ocorridos entre a data-base das demonstrações contáb					
cooperados é isento de tributação. s) Eventos subseq					
consideradas como atos não-cooperativos. O resultado a					

Descrição
Disponibilidades
Relações interfinanceiras – Centralização fin
T-4-1

Total	3.270.130,73	10.720.777,555
5. Relações Interfinanceiras Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações er assim compostas:	m Relações interfi	inanceiras estavam
Docarioão	31/12/2016	31/12/2015

a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooper depositadas junto ao Sicoob Central Cecremge, conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN n° 4.434/15.

6. Operações de Crédito nposição da carteira de crédito por modalidade

. ,	*		
Modalidade	31/1		
Modalidade	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	3.313,69	0,00	3.313,69
Empréstimos	9.712.310,59	22.561.064,66	32.273.375,25
Títulos Descontados	56.259,32	0,00	56.259,32
Financiamentos	450.150,98	789.663,83	1.239.814,81
-) Provisões para Operações le Crédito			(483.052,97)
TOTAL			33.089.710,10

Adiantamento a Depositante	3.313,69	0,00	3.313,69			
Empréstimos	9.712.310,59	22.561.064,66	32.273.375,25			
Títulos Descontados	56.259,32	0,00	56.259,32			
Financiamentos	450.150,98	789.663,83	1.239.814,81			
-) Provisões para Operações			(483.052,97)			
de Crédito			(403.032,97)			
TOTAL			33.089.710,10			
Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a						

		MN nº 2.68	Z/99: Total em	Provisões	Total em	Provisões
		Situação	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
AA	-	Normal	2.203.179,69		0,00	0,00
Α	0,5%	Normal	24.140.717,19	120.703,59	23.779.341,85	118.896,71
В	1%	Normal	3.529.490,95	35.294,91	1.612.455,31	16.124,55
В	1%	Vencidas	1.486.946,03	14.869,46	71.546,72	715,47
С	3%	Normal	1.005.660,76	30.169,82	589.729,77	17.691,89
С	3%	Vencidas	250.891,66	7.526,75	54.439,45	1.633,18
D	10%	Normal	387.626,11	38.762,61	340.444,31	34.044,43
D	10%	Vencidas	65.419,02	6.541,90	33.581,74	3.358,17
Е	30%	Normal	265.037,61	79.511,28	21.215,98	6.364,80
Е	30%	Vencidas	70.368,95	21.110,69	6.138,52	1.841,56
F	50%	Normal	18.774,02	9.387,01	89.819,01	44.909,51
F	50%	Vencidas	32.252,36	16.126,18	13.606,29	6.803,15
G	70%	Normal	13.050,21	9.135,15	20.117.48	14.082.24

Total Vencidos	1.984.331,2	5 135.193,32	1.849.076,26	1.682.917,02		
Total Geral	33.572.763,0	7 483.052,97	28.334.126,98	1.967.547,46		
Provisões	(483.052,97	7)	(1.967.547,46)			
Total Líquido	33.089.710,1	0	26.366.579,52	!		
Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento						
Descrição			Acima de 360	Total		
Impréstimos	3.440.855,38	6.017.583,12	22.561.064,66	32.019.503,16		
itulos Descontados	56.259,32	0,00	0,00	56.259,32		
inanciamentos	132.277,12	317.873,86	789.663,83	1.239.814,81		
TOTAL	2 (20 201 02	C 225 45C 00	22 250 520 40	22 215 555 20		

3.629.391,82 6.335.456,98 23.350.728,49 33.315.577,29 Obs: Não inclui Adiantamento a Depositante, Cheque Especial e Conta Garantida

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:						
Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento		Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	0,00		.,	.,	157.049,49	
Pessoa Física	264.835,33	33.102.268,48	56.259,32	0,00	33.423.363,13	100%
TOTAL	264.835,33	33.259.317,97	56.259,32	0,00	33.580.412,62	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:						
Descrição	31/12/2016	31/12/2015				
Saldo Inicial	(1.967.547,46)	(429.927,35)				
Constituições	5.247.199,59	3.456.345,16				
Reversões	(5.386.922,51)	(5.079.875,48)				
Transferência para prejuízo	1.714.868,74	200.547,59				
Reversões de Prejuízo	(90.651,33)	(114.637,38)				
TOTAL	(483.052,97)	(1.967.547,46)				

H 100% Normal

Concentração dos Principais Devedores:					
Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total	
Maior Devedor	211.458,01	0,63%	94.533,31	0,84%	
0 Maiores Devedores	1.467.939,61	4,37%	643.869,71	5,74%	
0 Maiores Devedores	4.366.247,01	13,00%	1.777.453,45	15,84%	

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo Descrição 31/12/2016 31/12/2015

Saldo inicial	703.916,03	682.047,27
Valor das operações transferidas no período	1.714.868,74	104.120,81
Valor das operações recuperadas no período	(455.563,00)*	(82.252,05)
TOTAL	1.963.221,77	703.916,03
Incluídas reversões operações com mais de 5	anos sem perspecti	va de recuperação

R\$364.911,67

h) Receitas de operações de crédito				
Descrição	2016	2015		
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	15.377,02	77.737,29		
Rendas De Empréstimos e Títulos Descontados	6.159.817,96	5.211.931,66		
Rendas De Financiamentos	257.412,04	177.751,77		
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	84.898,26	89.080,00		
Total	6.517.505.28	5.556.500,72		

7. Outros créditos
Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o geren-ciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos

ssociados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desentituição

8. Conselho Fiscal to trianualmente na AGO de 2015, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanco patrimonial anual.

cetes mensars e seu outaniço patrintonia anuat.
Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREME, com o objetivo de detalhar as abilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las 9. Código de Ética

9. Congo de Euca Todos os integrantes da equipe da CECREF aderiram, em 2009, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionarios, ao mg. 10. Sistema de Ouvidoria

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituida em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, a tendimento via DDO (8000 e sitio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da CECREF registrou 10 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dividas e solicitações de providências relacionadas principalmente a altendimento, conta corrente, carão de eredito e onerações de crédito.

ente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito Das 10 reclamações, 8 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos le gais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Credito - FGC.00)
De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGC.00
tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de
liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado,
bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas
instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIÓ FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/2015
		51/12/2015
3.509.214,54	6.517.505,28	5.556.500,72
3.509.214,54	6.517.505,28	5.556.500,72
(1.471.017,60)	(3.229.516,57)	(3.458.930,69)
(941.559,54)	(1.827.523,86)	(1.659.800,98)
(388.423,17)	(1.128.282,93)	(161.746,29)
(141.034,89)	(273.709,78)	(1.637.383,42)
2.038.196,94	3.287.988,71	2.097.570,03
(1.670.190,09)	(3.143.554,45)	(3.263.185,16)
129.123,44	266.673,23	278.126,08
64.404,27 (1.560.314,81)	133.961,59 (3.039.311,68)	56.787,45 (2.705.384,72)
(1.287.280,43)	(2.522.408,85)	(2.346.369,64)
(35.981,47)	(70.624,16)	(58.786,34)
874.653,77	1.631.863,33	1.420.074,81
362.435,52	1.220.107,52	747.957,20
(207.910,39)	(754.495,44)	(655.590,00)
(9.319,99) 368.006,85	(9.319,99) 144.434,26	(1.165.615,13)
2.827,35	(12.903,68)	(1.710,00)
370.834,20	131.530,58	(1.167.325,13)
(13.798,77)	(20.761,38)	(26.170,62)
(6.468,17)		(12.618,12) (13.552,50)
-		
	(48.440,05)	(43.793,65)
357.035.43		(1.237.289,40)
	(1.471.017,60) (941.559,54) (388.423,17) (141.034,89) 2.038.196,94 (1.670.190,09) 129.123,44 64.404,27 (1.560.314,81) (1.287.280,43) (35.981,47) 874.653,77 362.435,52 (207.910,39) (9.319,99) 368.006,85 2.827,35 370.834,20 (13.798,77) (6.468,17) (7.330,60)	(1.471.017,60) (3.229.516,57) (941.559,54) (1.827.523,86) (388.423,17) (1.128.282,93) (141.034,89) (273.709,78) 2.038.196,94 3.287.988,71 (1.670.190,09) (3.143.554,45) (1.297.284,41) (3.039.311,68) (1.287.280,43) (2.22.408,85) (35.981,47) (70.624,16) 874.653,77 1.631.863,33 362.435,52 (1.220.107,52 (207.910,39) (754.495,44) (9.319,99) 368.006,85 144.434,26 2.827,35 (12.903,68) 370.834,20 131.530,58 (13.798,77) (20.761,38) (6.468,17) (9.731,90) (11.029,48) (9.7330,60) (11.029,48) (55.001,01) (48.440,05) (6.560,96)

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015	
ais E Fiancas Honrados	7.649,55		
endas A Receber (a)	111.525,14	159.636,05	
versos (b)	1.682.174,42		
Provisoes Para Outros Creditos	-2.976,02	-883,26	
TOTAL	1.798.373,09	1.926.948,80	
Refere-se a Rendas de Convênios a Receber R\$ 51.105,86, Centralização Financeira R\$			

o) Refere-se a Adiantamento de Férias R\$ 12.396,50, Adiantamento de Vale Transporte R\$ b) Refere-se a Adiantamento de Ferias RS 12.396,30, Adiantamento de Vale Transporte RS 4.772.90, Outros RS 2.76.39,65, Fundo Fixo RS 1.50.00, Pis Depósito Judicial RS 64.207,08, Valores a Receber Tarifas RS 2.695,20, Pendências a Regularizar RS 56.526,22, Juros e Taxas Cobrados Indevidamente RS 4.526,36, Seguros Contratados a Receber RS 103.348,75, Empresa Conta Descontos em Folha RS 1.295.777,07, Cooperativas Filiadas RS 13.479,30, Outros RS 15.232,43, Recuperação de Perdas RS 72.084,13, Valores a Receber Mensalidades RS 70.800,3

8. Outros valores e bens Descrição
Despesas Antecipadas 31/12/2016 31/12/2015 6.810.20 0.00

Registra-se no grupo despesas antecipadas referente a prêmio de seguro 9. Investimentos

 nivestimentos
 O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB. 21/12/2016 21/12/2015

	Participações no SICOOB CENTRAL CECREMGE	1.775.901,85	1.695.152,05
	Participações no BANCOOB		1.968.314,79
	TOTAL	4.390.645,14	3.663.466,84
10. Imobilizado de uso Demonstrado polo auto de equicição manos depresição exampledo As depresições cão			

calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil

31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
247.784,08	247.784,08	4%
241.447,51	241.447,51	10%
4.339,95	4.339,95	10%
620.280,94	602.447,96	20%
39.523,02	39.523,02	20%
-991.965,32	-935.353,35	
161.410,18	200.189,17	
	247.784,08 241.447,51 4.339,95 620.280,94 39.523,02 -991.965,32	247.784.08 247.784.08 241.447.51 241.447.51 4.339.95 4.339.95 620.280.94 602.447.96 39.523.02 39.523.02 -991.965.32 -935.353.35

11. Intangível

gistram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados

, 1 ,		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
utros Ativos Intangíveis	249.351,20	249.351,20
) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-187.574,83	-161.388,67
TOTAL	61.776,37	87.962,53
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		1 01 1

valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de formática do Sicoob - SISBR, adquirida em 01/10/2013, da Confederação Nacional das operativas do Sicoob Luda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu celusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado lo Sicoob Confederação, com prazo de até 31de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

rica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros,

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
nstalação e Adaptação de dependencias	67.313,14	67.313,14
Outros Gastos Diferidos	14.663,00	14.663,00
 -) Amortização Acumulada do Diferido 	-81.976,14	-81.976,14
TOTAL	0,00	0,00

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição		31/12/2015	
Depósito à Vista		2.237.296,32	
Depósito a Prazo	14.736.448,50	13.264.113,93	
TOTAL	16.971.090,24	15.501.410,25	
Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ,			

estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituido conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	917.187,86	5,50%
10 Maiores Depositantes	3.832.547,78	22,97%
50 Maiores Depositantes	8.236.380,75	49,37%
-	•	

Despesas com operações de mercado Descrição

2016 2015 1.803.476,77 1.636.959,71 24.047,09 22.841,27 1.827.523,86 1.659.800,98 Depósitos a prazo itros Depósitos - FGCoop TOTAL

14. Relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos capitados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados

Taxa 2016 2015 Instituições Circulante - Até 1 ano Circulante 5.844.395,76 6.554 CDI Cooperativa Central (-) Despesas a apropriar TOTAL

15. Outras obrigações

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados (a)	3.582,40	8.259,77
Resultado De Atos Com Não Associados(a)	71.828,32	127.567,63
FAS Fundo de Assistência Social (b)	591.011,98	526.944,91
Cotas De Capital A Pagar (c)	311.612,65	354.803,17
Outros Fundos (d)	0,00	56.979,53
TOTAL	978.035,35	1.074.555,01

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados (a) O FALES e destinado a atividades educacionais, a prestação de assistencia aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. (b) Refere-se a Fundo de Assistência Social criado na Assembleia Geral Ordinária de 27/03/1996 e destina-se ao pagamento ou reembolso de despesas com funeral de cooperados e seus dependentes. (c) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados. (d) Refere-se a fundo para confraternização de anversário de 40 anos da Cecref. rsário de 40 anos da Cecref

15.2 Fiscais e Previdenciárias - As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no ivo na conta de Outras Obrigações estão assim comp Descrição 31/12/2016 31/12/2015

Impostos e contribuições sobre Sobras a pagar	10.125,52	14.950,06
Impostos e contribuições a recolher	102.252,20	98.964,82
TOTAL	112.377,72	113.914,88
15.3 Diversas		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos	2.834,12	4.858,92
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	0,00	85,30
Provisão Para Pagamentos A Efetuar (a)	341.756,95	247.394,63
Provisão Para Passivos Contingentes (c)	644.742,76	618.568,75
Credores Diversos – País (b)	1.047.825,86	733.151,22
TOTAL	2.037.159.69	1.604.058.82

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesa com pessoal R\$222.637,67 (salários, férias, INSS, FGTS e PIS sobre férias); Outras despesas Administrativas R\$108.170,99 (assessoria técnica, comunicações, processamentos de dados, segurança e vigilância, amanutenção e conservação de bens, transporte, seguro e compensação e outros pagamentos R\$10,948.29 (administração financeira); (b) Refere-se a descontos Seplag a lançar R\$ 34,476.30, pendências a processar R\$5.925,96, crédito de filiadas R\$3.010,61, pagamentos a processar R\$ 67.044,02, pendência a regularizar BANCOOB R\$ 800,00, convênio concessionárias R\$ 566,00, crédito de terceiros R\$ 17.063,62, pagamentos a processar raptação R\$ 101,940,50; c) E estabelecida considerando a avaliação dos consultores juridicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais em que a cooperativa é

forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo d roffidio (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Reso-lução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como institutições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de

Crédito Cooperativo (SNCC). Credito Cooperativo (SNCL). Conforme previsto na artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesamas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio,

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes on filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às res-pectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos adecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e cola radores pela dedicação

Belo Horizonte (MG), 30 de Janeiro de 2017

Conselho de Administração e Diretoria Eugênio de Souza Costa José Geraldo de Assis Diretor Financeiro Rosângela Moreira Cosenza Marilene R Rodrigues Póvoas Diretora Co Rubens de Paulo Ribeiro Wagner da Silva Alves Conselho de Administrac Cláudio Pedrosa Assumpção Conselho de Administração Eliane de Fátima Fernandes Lima Antonio Moreira Sabino
Conselho de Administração
Fabrício Sampaio Dias Conselho de Administração Conselho de Administração Aylton Costa Perche Jordan Jose Monteiro Conselho de Administração Conselho de Administração Nelli Pereira de Souza Heloisa Helena Santos Biagini Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Cleide de Jesus Damasceno Resende

DESCRIÇÃO	Segundo Semestre/2016	31/12/2016	31/12/201
Atividades Operacionais	Schicstre/2010		
Sobras/Perdas do Exercício	370.834,20	131.530,58	(1.167.325,13
Aiuste de Exercícios Anteriores	-	-	(0,69
IRPJ / CSLL	(13.798,77)	(20.761,38)	
Provisão para Operações de Crédito		(1.484.494,49)	
Depreciações e Amortizações	42.057.91	82.798,13	
1 , ,	118.854,81	(1.290.927,16)	454.369,4
Aumento (redução) em ativos			
operacionais			
Operações de Crédito		(5.238.636,09)	
Outros Créditos	(30.478,01)		
Outros Valores e Bens	17.521,63	(6.810,20)	8.573,3
Aumento (redução) em passivos			
operacionais	112 525 51	(2 (54 50)	76 600 6
Depósitos a Vista	113.525,51		
Depósitos a Prazo	825.159,14		
Outras Obrigações	551.682,84 (2.562,802,92)		
Obrigações por Empréstimos e Repasses			
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(4.172.123,74)	(5.312.400,61)	4.388.706,0
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível	-	i -	(6.304.20
Inversões em Imobilizado de Uso	(1.982,98)	(17.832,98)	
Inversões em Investimentos	(387,002,68)		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em	(388,985,66)	(745.011,28)	(543.109,04
Investimentos	(300.903,00)	(745.011,26)	(545.109,0
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	976.792,97		
Devolução de Capital à Cooperados	(496.152,02)		(1.454.550,1)
Estorno de Capital	(13.391,26)	(16.920,17)	(3.393,0
Destinação de Sobras Exercício Anterior			(1.939,8)
Cotas de Capital à Pagar	1		(1.737,0
Destinação de Sobras Exercício Anterior		_	(335.516,3
em C/C Associados	1		(333.310,3
FATES - Resultado de Atos Não	(45.159,57)	(45.159,57)	(43.793,6
Cooperativos			
FATES Sobras Exercício	(3.280,48)	(3.280,48)	
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	418.809,64	935.091,11	316.346,9
Aumento / Redução Líquida das			
Aumento / Redução Liquida das	(4.142.299,76)	(5.122.320,78)	4.161.943,9
Dienonibilidados 1			
Disponibilidades			
Modificações em Disponibilidades			
Modificações em Disponibilidades Líquida	0.440.456.51	10 420 477 52	6 259 522 6
Modificações em Disponibilidades	9.440.456,51 5.298.156,75	10.420.477,53 5.298.156,75	6.258.533,5 10.420,477,5

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	31/12/20		31/12/2	
Descrição	Provisão para	Depósitos	Provisão para	Depósitos
_	Contingências	Judiciais	Contingências	Judiciais
PIS (a)	64.207,08	64.207,08	61.031,76	61.031,76
Outros Passivos (b)	575.097,52	0,00	557.536,99	0,00
Garantias Prestadas (c)	5.438,16	64,207,08		0,00
TOTAL	644.742,76	64.207,08	618.568,75	61.031,76
a) PIS quando do advento				

questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperado na base de cálculo do PIS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao periodo de março de 1999 e julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juizo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. b) Processo IRPJ e CSLL: nº 36557-73 R\$552.532,56; processo nº 5106-38 R\$21.564,96 Autoria União Federal, segundo Assistência Jurídica estão avaliados como perda possível; processo para garantir certidão Seplag (mandado de segurança) valor R\$1.000,00). c) Provisão para garantias prestadas pela Cooperativa em operações de crédito de associados

em outras instituições; 16. Instrumentos financeiros O CECREF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações

de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cooperativa não realizou

ações envolvendo instrumentos financeiros derivati 17. Patrimônio líquido 11. Partrimonio (quido a) Capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

| 31/12/2016 | 31/12/2015 | 18.228.304,93 | 17.244.773,77 | 7.871 | 7.681 Descrição Capital Social

b) Reserva Legal - Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de b) Reserva Legal - Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades. No exercício de 2016, foi revertido da reserva o montante de R\$ 1.237.289.40 para cobertura das perdas do exercício de 2015, conforme decisão em AGO realizada em 25 de abril de 2016. c) Sobras Acumuladas - As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Attendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. d) Destinações estatuárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra/Perda líquida do exercício	110.769,20	(1.193.495,75)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(45.159,57)	(43.793,65)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	65.609,63	(1.237.289,40)
Destinações estatutárias	(9.841,44)	0,00
Reserva legal - 10%	(6.560,96)	0,00
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(3.280,48)	0,00
Sobra/ Perda à disposição da Assembleia Geral	55.768,19	(1.237.289,40)

Total do FATES

19. Outros ingressos / rendas operacionais

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

RESULTADO DE ATOS COM NÃO DO IRPJ/CSLL	O ASSOCIADO	OS - ANTES	65.920,94
AJUSTES DO RESULTADO COM	NÃO ASSOCI	ADOS	
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	8.9.4.10.00-6		(9.731,89)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	8.9.4.20.00-3		(11.029,48)
TOTAL			(20.761,37)
RESULTADO DE ATOS <u>COM NÃ</u> ART. 87 DA LEI 5.764/71	O ASSOCIADO	OS CONF.	45.159,57
SOBRA / PERDA LÍQUIDA DO EXI NÃO COOPERATIVOS) ANTES DA	ERCÍCIO (INCI DESTINAÇÃO	LUSIVE ATOS DESPECÍFICA	110.769,21
SOBRA / PERDA LÍQUIDA DO EX DESTINAÇÃO ESPECÍFICA	KERCÍCIO AN	TES DA	65.609,64
Fundo de Assistência Técnica, Educ	acional e Socia	1 - FATES	
		ALÍQUOTA	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - Resultado com Associados		5%	3.280,48
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES - Resultado com NÃO Associados			45.159,57

Descrição	2016	2015
Recuperação de Encargos e Despesas	698.167,77	389.248,11
Reversão de Provisões Operacionais	0,00	330.080,34
Outras Rendas Operacionais (a)	933.695,56	700.746,36
TOTAL	1.631.863,33	1.420.074,81

48.440,05

(a) Refere-se a: Dividendos Bancoob R\$259.420,18; Taxa Administração da Cooperativa R\$374.482,75; Recuperação planos de saúde repassados (Convênio Unimed) R\$296.474,56; Outras rendas R\$3.318,07.

Descrição Despesas De Provisões Operacionais Outras Despesas Operacionais (a)

TOTAL

a) Refere-se a Perdas Fraudes Externas R\$ 278.038,10, Descontos Concedidos Operações de Crédito R\$ 279.678,29, Bonificação Seguro Prestamista R\$ 135.105,00,Contribuição ao Fundo Garantidor de Depósitos R\$ 6.92, Multa e Juros Diversos R\$ 257.55, Tarifa Recebimento Convénio R\$ 4.02, Tarifa Consultas/Saques Cirrus Cabal R\$ 7.40, Cancelamento Tarifas Pendentes R\$ 28.60,50, Outras Despesas Operacionais R\$ 0,13, Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas R\$ 1.007,98, Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais R\$ 455,68, Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação R\$ 48.460,39.

21. Resultado não operacional

1		
Descrição	2016	2015
Outras Receitas Não Operacionais	8.925,36	0,00
Outras Despesas Não Operacionais	-21.829,04	-1.710,00
Resultado Líquido	-12.903,68	-1.710,00

es entres recucionatuas s partes relacionadas existentes são as pessoas fisicas que têm autoridade e responsabilidade e planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da familia

de fais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das oneracões ativas e passivas no exercício de <2016>:

Aontante das operações ativas e passivas	no exercício de <	2016>:	
Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.329.074,89	4,02%	5.900,61
TOTAL	1.329.074,89	4,02%	5.900,61
Montante das Operações Passivas	743.749,42	5,99%	0,00
TOTAL	743.749,42	5,99%	0,00

	Total das C	oobrigações	
Coobrigações			131.435,89
Operações ativas e p	assivas – saldo em <2016	i>:	
Natureza da	Valor da Oneração	PCLD (Provisão	% da Operação

Operação de Crédito		Crédito	de Liquidação Duvidosa)	em Relação à Carteira Total
eque Especial		37.605,62	1.757,59	0,11%
préstimo		1.071.489,42	32.643,49	3,19%
plicações Finan	ceiras	% em Relaç	ão à Carteira Total	Taxa Média - %
688	926,06		4,67%	95% CDI



politica@diariodocomercio.com.br



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. CECREF

CNPJ: 19.402.130/0001-89

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo,

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	3,2 a. m.	3,2 a. m.
Desconto de Cheques	2,7 a 3,5 a. m.	2,7 a 3,5 a. m.
Empréstimos	1,3 a 2,3 a. m.	1,3 a 2,3 a. m.
Aplicação Financeira	95%CDI	95%CDI

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	47.054,6
Empréstimo	1,220,926,5

BENEFICIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)

23. Cooperativa Central
O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo

O SICÓOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização reciproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

A CECREP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subserever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecremge:

Descrição

31/12/2016 | 31/12/2015

31/12/2016 31/12/2015 Descrição
Ativo Circulante – relações Interfinanceiras Centralização Financeira Ativo Permanente – Investimentos Passivo circulante e não circulante Obrigaçõe

por empréstimos e repasses As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31/12/2016, foram

As demonstrações contabeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes, cuja auditoria año foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

24. Gerenciamento de Risco
Risco operacional - a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas no Política Institucuional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob D. O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação, e) às autes operacionais são comunicação. sistemas de controle, comunicação e informação. c) As partes operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos ocessos, inclusive com a inserção de novos controles, d) Os resultados são apresentados

à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional. Risco de Mercado e de Liquidez - a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da CECREF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007. Conforme preceitua o artigo II da Resolução CMN 3.721/2009, a CECREF aderia de strutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S. A. (Bancoob) a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio waws/sicoob.com.br. c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting). d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, montorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite minimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingéncia. e) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez, a CECREF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado de entidade. Risco de Crédito a) O gerenciamento de risco de crédito do CECREF objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos

sos auditores independentes. 26. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do As institutos manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº, 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades. O patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016. José Geraldo de Assis

Rosângela Moreira Cosenza Diretora Administrativa

BELO HORIZONTE-MG, 30 de janeiro de 2017. Eugênio de Souza Costa

Diretoria Comercial

Rubens Paulo Ribeiro Diretoria de Crédito Eduardo Aguilar Pereira CRC/MG 58.622 - Contador

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Fornomia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Ao Conseino de Administração, a Administração e aos v Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Se Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Bel Zona da Mata Ltda. – CECREF ntos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitana e

Belo Horizonte - MG

Opiniao
Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos
Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo
Horizonte, Região Metropolitana e Zona da Mata Ltda. – CECREF, que compreendem o
balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou
perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercicio
findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das
principais políticas contábeis

perdas, das mutações do património líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nosa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Fundação Hospitalar e Empregados dos Estabelecimentos Hospitalares de Belo Horizonte, Região Metropolitama e Zona da Mata Ltda. – CECREF em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que comprenden o Relatório da Administração.

auditor - A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nosas responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles intermos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pertenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nivel de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionai de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta tatas riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contabéis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter en

Todavia, eventos ou condições tuturas podenti tevas a constanta a presentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Omunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos

Belo Horizonte/MG, 31 de marco de 2017. Antonio Alberto Sica

CNFC

Contador CRC MG – 080.030/O-0 CNAI 1.845

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR E EMPREGADOS DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES DE BELO HORIZONTE, REGIÃO METROPOLITANA E ZONA DA MATA LTDA. — CECREF, no uso de suas METROPOLITANA E ZONA DA MATA LIDA. – CECREF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar, mensalmente, os Balancetes Patrimoniais, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, bem como o Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2016, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa. Assim, o parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos supracitados (Balanço Geral, Balanços Patrimoniais, Demonstrações Financeiras e Contábeis e o Relatório da Administração, relativos ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016), sejam aprovados pelos Senhores Cooperados em Assembléia Geral Ordinária.

Rodolfo Gomes Caetano - Coordenador Cláudio Pedrosa Assumpção Jordan José Monteiro Heloisa Helena S. Biagini Wagner da Silva Alves

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Recuo terá impacto de R\$ 115 bi

Proposta terá alterações em cinco pontos, incluindo a regra de transição e BPC

anos, informou a Casa Cide 10% entre 2018 e 2027.

vação da reforma será redunos próximos dez anos. O governo previu com a proposta enviada ao Congresso uma economia de R\$ 678 bilhões com o pagamento de benefícios assistenciais e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Considerando a economia esperada com as mudanças no regime próprio de servidores da União (R\$ 60 bilhões em dez anos), o governo pouparia ao todo R\$ 738 bilĥões. Neste caso, a perda de 10% representaria R\$ 73,8 bilhões. Entre as flexibilizações, o governo sinalizou que vai manter regimes especiais de aposentadoria para policiais e professores, que fazem parte do regime próprio.

Um dos formuladores da proposta garante que as alterações sugeridas pelo Congresso "preservam a essência" da reforma, cujo objetivo é estabilizar a despesa em até 9% do Produto Interno Bruto (PIB), sobretudo nos próximos dez anos. Hoje, os benefícios assistenciais e do INSS consomem 54% da despesa primária da União, e esse porcentual chegará a 82% em 2026 sem a reforma da Previdência. Já com a proposta do governo, esse índice era projetado em 66%.

"(A alteração no texto) Não muda muito o objetivo de estabilizar a despesa", garante o integrante da equipe que trabalha na proposta. Outra fonte do governo garante que, mesmo com as "bondades", as mudanças não trazem prejuízos à reforma.

Previdência, deputado Arogoverno continua apostan-

Brasília- As flexibiliza- thur Oliveira Maia (PPS-BA), ções na reforma da Pre- afirmou que o presidente vidência anunciadas on- Michel Temer autorizou tem reduzem a economia modificações na proposta em prevista com a proposta relação a cinco temas: regra em média em 17% em dez de transição, aposentadoria rural, Benefício de Prestação vil. Inicialmente, a Casa Continuada (BPC), pensões Civil havia informado que e aposentadorias especiais o impacto seria em média de professores e policiais.

Além da transição, Oli-Com a correção, a econo- veira Maia cita as regras mia esperada após a apro- da aposentadoria rural, o acúmulo de pensão e aposenzida em R\$ 115,26 bilhões tadoria, as aposentadorias para policiais e professores e o benefício assistencial pago a idosos e pessoas com deficiência pobres, o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O relator confirmou que deve alterar o trecho da proposta do governo que permite que as pensões por morte fiquem abaixo do salário mínimo. "Quando se fala em acolher os mais pobres, realmente seria uma contradição permitir um valor abaixo do salário mínimo. Nisso podemos avançar", afirmou, após ser questionado sobre se o piso de um salário mínimo nas pensões seria garantido.

O texto original prevê que a pensão por morte será de 50% do valor da aposentadoria que o segurado recebia, acrescida de 10% para cada dependente. Isso significa que o benefício poderia ser de apenas 60% do salário mínimo no caso de uma pessoa viúva sem dependentes.

A ideia do relator é manter a fórmula de cálculo proposta pelo presidente Michel Temer para quem tem benefícios maiores, mas garantir o salário mínimo.

Cronograma - O governo ainda não deu detalhes sobre o conteúdo das modificações. A ideia é trabalhar no texto até a semana que vem para fechar as novas regras - o relatório deve ser apresentado no próximo dia 18. Mesmo com o atraso no cronograma (a ideia era que o parecer fosse lido no fim de O relator da reforma da março na comissão especial),

do na aprovação da reforma no primeiro semestre, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Na última quarta-feira, o ministro-chefe da Casa de transição. Poderão sur-Civil, Eliseu Padilha, disse gir outras propostas, mas

que a regra de transição o que é inegociável é que (um dos pontos que serão flexibilizados) não poderá se estender por mais que 20 anos. "Tem uma regra

temos que ter uma transição para no máximo 20 anos. Há ideias com mais de 20 anos. A reforma vai entrar em vigor em 2038. É longa a transição", afirmou. (AE/FP)



JOSÉ CRUZ/ABr

Maia prepara novo texto

ESTADOS

Minas vai elevar despesas com aluguel

enviados à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para levantar recursos e cobrir o Orçamento deficitário, o governo de Minas terá o ônus de ampliar os gastos com aluguel de cerca de R\$ 80 milhões para de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões por ano. A estimativa consta de estudo elaborado pela Secretaria de Estado de Fazenda. Em nota, o governo diz não ter estipulado os novos custos com aluguel.

A ideia do governador Fernando Pimentel é pagar aluguel para usar espaços que hoje já são de propriedade do Estado. A proposta, que tem prazo de 50 anos de vigência, terá um custo total de R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões se for aprovada. O benefício será obter de imediato de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões com a criação de fundos para gerenciar alugueis ou vendas de um total de 6.367 imóveis.

O projeto prevê transferir a propriedade de 5.012 imóveis para um fundo estatal, que cobrará aluguel do governo pelo uso dos espaços. A verba dos aluguéis, por sua vez, será revertida para outro fundo de renda fixa, que venderá cotas a investidores. Outros 1.355 imóveis que o Estado não utiliza estarão disponíveis para venda.

Dessa forma, o governo quer reverter o gasto de R\$ 600 milhões a R\$ 700 milhões com novos alugueis em receita. "O objetivo é dar dinamismo à economia mineira num cenário de forte

Com os projetos de lei recessão", diz a assessoria de imprensa do governo

Segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento do ano passado, os custos com o aluguel de imóveis passaram de R\$ 79,3 milhões em 2013 para R\$ 97,2 milhões em 2015. A média ficou em R\$ 88,2 milhões. Quase 30% do total em locações foi gasto pela Secretaria de Educação nesse período.

Ainda de acordo com a secretaria, Minas detinha, no ano passado, 10.447 imóveis próprios. O texto enviado aos deputados estaduais, no entanto, não especifica Há apenas identificação por códigos, cidade, zona rural ou urbana e área.

A maioria dos imóveis (712) fica em Belo Horizonte. Nesta lista, está incluída a Cidade Administrativa, sede do governo projetada por Oscar Niemeyer e inaugurada durante a gestão do senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Sem pendências - Questionada pela reportagem sobre o detalhamento dos imóveis, a assessoria do governo informou que não há descrição "pois alguns deles estão em áreas de seguran-

quais farão parte dos fundos. ça". "As informações físicas e cartoriais estão registradas em sistema interno de gestão de imóveis." A assessoria informou ainda que os imóveis listados não possuem pendências judiciais.

O plano de Pimentel inclui ainda criar fundos para financiar investimentos e programas de fomento, para pagar e dar garantias de parcerias público-privadas e para reunir créditos e a dívida ativa do Estado. O governo prevê, com essas iniciativas e com descontos para contribuintes inadimplentes, arrecadar um total de R\$ 20 bilhões nos próximos anos. **(FP)**

Votação do projeto de dívida é adiada

Brasília - Diante da polêmica envolvendo o tema e do tradicional esvaziamento do plenário da Câmara dos Deputados às quintas-feiras, a votação do projeto que trata da recuperação fiscal de estados muito endividados ficou para a semana que vem.

Deputados haviam iniciado a discussão na tarde da última quarta-feira em uma sessão que se prolongou pela noite, sem votar a matéria. A previsão era que a deliberação fosse retomada na manhã de ontem.

Embora o painel registrasse a presença de mais de 300 deputados, poucos parlamentares se fizeram presentes no plenário. Em temas polêmicos como este projeto, é de praxe garantir quórum elevado para evitar quaisquer distorções no resultado.

O projeto cria um regime de recuperação fiscal de estados super endividados, concedendo uma interrupção do pagamento das dívidas dos entes que aderirem ao programa, desde que cumpram contrapartidas.

Dentre as contrapartidas exigidas estão a necessidade de limitar o crescimento das despesas obrigatórias, a proibição de reajustes salariais e contratação de servidores públicos, além da necessidade de privatizar estatais nos setores financeiro, de energia e de saneamento.

A redução de incentivos tributários e a adoção, pelos estados que optarem pelo regime de recuperação fiscal, de um regime próprio de Previdência, também são listadas como contrapartidas.

Segundo dados do relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), a interrupção do pagamento da dívida dos três estados em maior dificuldade - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais -, que já podem aderir ao programa, teria um impacto de R\$ 37,3 bilhões sobre a receita financeira da União.

Também de acordo com levantamento do deputado, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte estão próximos de se enquadrarem nos requisitos para, se assim quiserem, aderirem à recuperação fiscal. Os estados que aderirem ao regime ficarão impedidos de conceder reajustes, realizar concurso público ou criar cargos que impliquem em aumento de despesa. (Reuters)